

A GRAMÁTICA DA PSICANÁLISE*

João José Rodrigues Lima de Almeida
(FCA/UNICAMP)†

limalme@uol.com.br

Resumo: Este artigo faz a defesa de uma filosofia da psicanálise que não interfira na autonomia da disciplina que analisa. Para tanto, propõe o método filosófico wittgensteiniano e faz uma breve exposição dos conceitos de gramática, de descrição gramatical e de terapia em seu contexto literário original. A seguir, esses objetos teóricos de comparação são aplicados a um caso de uso de conceitos psicanalíticos num texto do *Seminário XV*, de Lacan, para servir como exemplo prático do tipo de filosofia da psicanálise defendida no texto.

Palavras-chave: Wittgenstein; Lacan; gramática; terapia conceitual.

INTRODUÇÃO

Entendo o exercício de investigação filosófica de Wittgenstein como descrição de conceitos imersos em seus contextos de aplicação. Uma descrição cuja finalidade é a dissolução de problemas que eventualmente se apresentam em certos casos do emprego desses conceitos. Sua proposta filosófica não se afigura, por isso, como proposição de doutrinas. Apresenta-se antes como uma atividade que não cria – e nem sequer regula – conceitos: apenas analisa seus casos. Os conceitos próprios de que se vale para esse fim (como jogo de linguagem, gramática ou visão de aspectos)

* Artigo recebido em 05.08.2009 e aprovado para publicação em 21.12.2009.

† João José R. Lima de Almeida é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

são nada mais que ferramentas da investigação, funcionam como objetos de comparação ideais, não como descrições da realidade. Eles pretendem irradiar um efeito clarificador sobre os problemas filosóficos (WITTGENSTEIN, 1998, p. 30-31). Um tipo de atividade que, por sua natureza, tampouco pode ser sistemática, já que os seus propósitos exigem, às vezes, que o caso seja revisitado por outros ângulos ou aspectos, ainda não examinados, ou seja, sem qualquer aviso prévio, trocado por outro completamente diferente. O fato é que um percurso como esse, visto da perspectiva da sua totalidade, ou visto do fim para o começo, resulta, como diz o prefácio das *Investigações Filosóficas*, numa espécie de esboço de desenho mal-acabado (WITTGENSTEIN, 2001a, p. ix). Wittgenstein apresenta um método de filosofia um tanto inusitado para ouvidos acostumados a uma tradição que tem por hábito apresentar respostas, soluções e até descobertas para dar conta dos problemas. Mas que não deve ser nenhuma surpresa, por outro lado, para os ouvidos que já adquiriram outro costume e entendem a sua proposta filosófica como terapia conceitual. Esse método de investigação filosófica explica-se por tal propósito.

O objetivo deste artigo é mostrar como funciona uma terapia dos conceitos (ou do pensamento) como essa no caso da psicanálise. Mais especificamente, o artigo tem o objetivo de apresentar como filosofia da psicanálise o mesmo método utilizado por Wittgenstein com relação à matemática, à lógica e à psicologia. Uma proposta de atividade filosófica que nada de novo descobre na doutrina, que não sugere nenhuma modificação no conceito, e que se refere exclusivamente *ao uso*, ou, mais precisamente, às aplicações em que problemas filosóficos parecem tomar forma.

Pretendo, então, apresentar uma filosofia da psicanálise que deixa a psicanálise exatamente como está, livrando-a apenas de eventuais confusões, surgidas na maneira como eventualmente aplicamos conceitos psicanalíticos. Uma filosofia da psicanálise, enfim, que aja com relação à psicanálise exatamente como age o psicanalista com relação ao paciente. Pelo que se depreende que o sentido da investigação filosófica aqui empregado é o de seguir as pistas dos problemas da nossa relação com a linguagem. Somente nesta outra perspectiva é que, aí sim, a inter-relação dos conceitos, seus fundamentos e o seu contexto devem ser considerados. A teoria psicanalítica é tomada nesta investigação, portanto, como uma estrutura dinâmica, tal como vivida na práxis, e nunca como uma abstração fora do tempo e do espaço. Esse é o parâmetro pelo qual, acredito, uma terapia conceitual wittgensteiniana pode ser efetivada.

Mobilizo, para tanto, três ferramentas filosóficas empregadas por Wittgenstein em seus textos: a gramática, a descrição gramatical e a terapia conceitual. Tratam-se, como disse, de conceitos terapêuticos, não de conceitos doutrinários ou sistemáticos, cujo único fim é o de servirem ao propósito de comparação e de esclarecimento para o qual foram criados. Nesse sentido, portanto, a *gramática* é a morfologia do conceito em sua aplicação, a maneira como o empírico é organizado na linguagem mediante associações entre palavras e objetos, para que, com isso, certas transformações sejam autorizadas pelo sistema lingüístico nos casos em que se apresentam. Em outras palavras, gramáticas são como normas ou como regras de jogos: elas nos ensinam o uso dos sinais, elas nos informam a respeito de possibilidades e impossibilidades dos casos na área da sua

circunscrição. A *descrição gramatical*, por sua vez, é o método de apresentar claramente, em visão sinóptica, tais conexões, para que possamos compreender a natureza convencional e arbitrária das gramáticas – também nos casos em que se apresentam. E a *terapia*, finalmente, é o foco da descrição que procura atuar na vontade quando esta vive o gramatical com um caráter de necessidade absoluta; para tanto, mobilizam-se imagens pela multiplicação de exemplos reais e fictícios dos mesmos casos.

Contudo, em que pesem essas demarcações iniciais, qualquer leitor versado em Wittgenstein não deixará de notar que as ferramentas conceituais do filósofo austríaco aqui convocadas são objeto de discussões muito mais vastas e profundas em seus contextos literários originais. Essas discussões são simplesmente omitidas aqui. Justifico-me, porém, pelo interesse mais temático que exegético deste artigo, e remeto o leitor interessado às passagens originais aqui citadas e a alguma literatura secundária mais detida sobre esses temas específicos.¹

Ainda outro esclarecimento quanto ao uso do artigo definido no título deste artigo. “A gramática da psicanálise” delimita, em primeiro lugar, o caso numa acepção particular, e não numa aplicação universal dos conceitos. As palavras “gramática” e “psicanálise” estão sendo usadas da mesma forma que nas expressões “o telefonema”, “a comichão”, “a menina”, quando referidas a casos particulares. Em segundo lugar, o artigo definido pretende apresentar a gramática da psicanálise do caso. Isto é, a ocorrência tomada do ponto de vista da sua realização terapêutica. Pretende apresentar aquele caso, tal como indicado, depois do seu resultado terapêutico: o fato como um resultado *a poste-*

riori. Nesse sentido, partilhamos da convicção de que uma gramática mostra-se efetivamente apenas *a parte post* – nunca podemos estar certos ao princípio de que regra é o caso. É somente depois de acabada a terapia que se pode apresentar o referido conceito no título deste artigo como uma conclusão. Referimo-nos então à gramática daquele caso com uma determinada compreensão. O que nem de longe sugere que só uma terapia seria adequada e efetiva para o caso.

O artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro tópico, trato do gramatical e da sua diferença com relação ao científico. O esclarecimento dessa diferença cumpre a função de desnudar o escamoteamento, muitas vezes inconsciente, do gramatical no científico; uma confusão na qual a organização do empírico faz-se passar pelo empírico, ele mesmo. No segundo tópico, toco no método de descrição gramatical, isto é, na forma como ele se aplica a gramáticas como caso de regras. A descrição gramatical não é, como disse, uma explicação da realidade, mas somente um instrumento ou um objeto de comparação para aplicações particulares (WITTGENSTEIN, 2001a, §291): no nosso caso, uma preparação para que possamos desatar certos nós metafísicos e ver que os conceitos não têm uma só espécie de uso, mas todo um campo de possibilidades de emprego. No terceiro tópico, estabeleço aproximações e diferenças entre Wittgenstein e Lacan. Mediante a apresentação de uma reflexão clínica deste último, retirada do seminário sobre *O ato analítico*, de 1967-1968, estabeleço uma investigação de supostos filosóficos a serem dissolvidos naquela gramática. E, no quarto e último tópico, retiro algumas breves conclusões acerca do que poderia ser uma filosofia da

psicanálise concebida como atividade terapêutico-conceitual.

1. O GRAMATICAL E O CIENTÍFICO

Uma gramática, no sentido utilizado por Wittgenstein, é o conjunto de normas que descreve o uso de expressões (WITTGENSTEIN, 2001a, §496). Diz respeito, portanto, à determinação dos significados de palavras, de sinais, gestos, ou qualquer outro elemento significativo no contexto do seu emprego, no quadro da sua execução ou na forma de vida na qual o seu sentido pode ser compreendido. Por esse motivo, poderíamos imaginar três definições sinônimas, esclarecedoras, complementares, embora não conclusivas nem exaustivas, do que poderia ser uma gramática: (1) a de que ela é um conjunto fechado de relações internas que dá conta de sentidos e significados de um ponto de vista pragmático; ou, (2) de que se trata de um comportamento lingüístico correlacionado a uma visão de mundo vivida com o caráter de necessidade; ou, (3) a de que ela não pode ser senão uma espécie de metafísica operatória dada na cultura. Em síntese, uma gramática, tal como Wittgenstein utiliza esse termo, está longe de aludir a normas sintáticas e semânticas que regem a aplicação de uma língua. Diz respeito, antes, ao espaço bem mais amplo do emprego de convenções culturais que explicam, em termos de regras, o entrelaçamento pragmático entre sentido e significado.

Uma gramática não é, por isso, nem uma disciplina, nem uma ciência – não obstante o fato de que uma explicação científica pressuponha um paradigma gramatical. Fundamentalmente, o gramatical distingue-se do científico

porque neste último as relações são tratadas de maneira aberta, como imanentes ao empírico e situadas, por conseguinte, fora da linguagem. A explicação científica só afirma sobre o mundo, o que corresponde às leis prescritas na teoria. Seu método de proposição de teorias é indutivo, e as suas leis são, por isso, hipóteses sujeitas a testes e perfeitamente falsificáveis. Já as gramáticas, não. Elas enunciam essências (WITTGENSTEIN, 2001a, §371), dizem que tipo de objeto alguma coisa realmente é (WITTGENSTEIN, 2001a, §373). Tratam-se de normas fechadas cuja relação com o empírico é eminentemente constitutiva. Logo, a sua justificação não é empírica: dá-se com o empírico, mas independente dele. Ao contrário do científico, o gramatical é auto-referente, circular, e sua finalidade prática, às vezes até ritual (WITTGENSTEIN, 2007), satisfaz-se em si mesma. O gramatical é comparável ao cumprimento das regras de um jogo, posto que define possibilidades no empírico. Distingue-se do científico pelo fato de que na gramática mobilizam-se apenas *critérios*, ao passo que na ciência, *sintomas* (WITTGENSTEIN, 1958, p. 24-25).

Essa diferença, conquanto possa ser descritivamente estabelecida, não é, por outro lado, nada fácil de ser reconhecida. Do ponto de vista prático, existe uma flutuação, na gramática, entre critérios e sintomas (WITTGENSTEIN, 2001a, §§79/354). O fenômeno é, no empírico, o mesmo, mas chamamos de *sintoma* o dado que deve coincidir com a amostra empírica que serve como *critério* de definição (WITTGENSTEIN, 1958, p. 25). O mesmo fenômeno pode ter, por conseguinte, um uso normativo e um uso descritivo, dependendo do contexto de aplicação. Uma proposição como “isto é angina”, por exemplo, pode ser

usada como introdução de norma, portanto, como critério de reconhecimento, a fim de ensinar ao iniciante padrões de comparação precisamente para sintomas daquele tipo; e pode ser usada também pelo cardiologista para informar ao paciente as razões da sua dor. O mesmo pode-se dizer da proposição “isto é vermelho”, que introduz um padrão no contexto de uma aprendizagem ou indica, corrige ou hipotetiza nos contextos de aplicação da norma. No regime da gramática, à diferença do uso empírico, a proposição serve como *meio de apresentação* da correção, para introdução de uma regra pela qual o fenômeno pode doravante ser identificado (WITTGENSTEIN, 2001a, §50). E no regime empírico, a proposição indica a coloração de uma mancha no papel.

A diferença dá-se, assim, em que no uso gramatical da proposição, o enunciado *não* pode ser posto em dúvida: ele está sendo convencionalmente proposto como, justamente, um critério de dúvida. Se o critério pelo qual identificamos o fenômeno como um traço ou como uma marca perde o sentido, não há como determinar a verdade ou a falsidade das afirmações (ou o uso empírico da mesma proposição como sintoma, hipótese, descrição, indicação etc.). Proposições gramaticais estabelecem precisamente o *sentido* ao organizar o empírico de uma determinada forma. Desse modo, proposições como “o branco é mais claro que o preto”, “esta é a minha mão”, “só eu sinto a minha dor”, “a palavra 'letra' tem cinco letras”, “dois mais dois são quatro”, constituem o sentido do mundo antes de referir-se ao mundo.

A dificuldade, para o cientista, ocorre quando esquece a natureza convencional dos seus critérios e os afirma dog-

maticamente, como se a realidade devesse responder inequivocamente pela gramática. Por exemplo, quando alguns físicos tentam explicar que a mente tem uma natureza quântica (PENROSE, 1991), ou quando alguns psicólogos tratam os critérios expressivos de eventos mentais como objetos empíricos reais (WUNDT, 1922). Nesse ponto, as engrenagens operatórias de sua metafísica começam a girar no vazio, e a linguagem entra de férias (WITTGENSTEIN, 2001a, §38). O ponto de aplicação da gramática é restrito à sua forma de vida, serve perfeitamente bem para os propósitos para os quais foi criada, ao passo que parece ser muito estranha quando trabalha de maneira forçada em outros contextos.

É precisamente no lugar em que os problemas parecem tomar corpo que a filosofia terapêutica tem a sua função. A terapia conceitual wittgensteiniana, nesse sentido, não explica nada nem descobre nada. Seu papel restringe-se a trazer as palavras de volta do seu uso dogmático para o cotidiano (WITTGENSTEIN, 2001a, §116), isto é, para a terra natal onde os conceitos têm a sua vigência própria, o seu campo de aplicação autêntico e natural. Esse movimento, longe de sacralizar o gramatical ou o *status quo*, devolve na verdade ao paciente a liberdade com a qual ele pode decidir-se com relação à gramática. É nesse sentido que Wittgenstein nos diz que a filosofia “deixa tudo como está” (WITTGENSTEIN, 2001a, §124), já que a terapia nada decide pelo paciente, e não se ocupa senão do uso genuíno da linguagem.

2. O MÉTODO DA TERAPIA FILOSÓFICA

As dificuldades tratadas pela terapia dos conceitos provêm da maneira como lidamos com a linguagem. Nossos equívocos filosóficos nascem de uma série de diferentes fatores: pela ânsia de generalização, pela tentativa de aplicação das mesmas formas em diferentes regiões da linguagem (emprego de analogias enganadoras), pelo fato de que ficamos presos a determinadas imagens gramaticais, ou pela maneira como dirigimos nossas perguntas à realidade (“o que é o tempo?”, “em que consiste a compreensão?”, “qual é a essência da vontade?”, “como se define o desejo?”). Em qualquer caso, entretanto, a investigação filosófica cuidará apenas da forma da linguagem, da *possibilidade* dos fenômenos e não dos fenômenos eles mesmos (WITTGENSTEIN, 2001a, §90). Ela atuará no mesmo plano em que a vontade apresenta resistências, isto é, o plano em que a lógica é vivida com o caráter de necessidade. Essa necessidade lógica, combinada com as ilusões gramaticais, provocam o que o autor denominava como “paralisias mentais”: sentimos que deveríamos apontar para algo em resposta às nossas perguntas, e, no entanto, não há nada para apontar (WITTGENSTEIN, 1958, p. 1). As dificuldades de que a filosofia trata não são, por isso, da mesma natureza que a dificuldade intelectual das ciências. Estas são empíricas, e aquelas são, na realidade, as dificuldades da mudança: a saber, a de poder conseguir superar as resistências da vontade e reconhecer a convencionalidade da gramática (WITTGENSTEIN, 2005, p. 406).

Para curar a doença da vontade, isto é, o enfeitiçamento produzido pelo nosso tipo de envolvimento com a linguagem, Wittgenstein propõe um método: a *apresentação*

panorâmica (WITTGENSTEIN, 2001a, §122). Esta consiste em colocar diante da nossa vista a morfologia do uso dos conceitos, e provocar o olhar do paciente para uma maneira diferente de ver a linguagem. Trata-se, aqui, não mais do “ver” puro e simples, interno à gramática, mas do “ver como” (WITTGENSTEIN, 2001a, parte II, §xi), isto é, do reconhecimento da forma da nossa linguagem, e de que mesmo uma atividade aparentemente inerme, como a percepção, não se realiza sem a nossa agência, sem a nossa participação ativa, ou sem a nossa vontade. O que vemos como pato pode ser também visto como coelho, sem que nada mude nas conexões internas do desenho. Wittgenstein disse, certa vez, que o que ele fazia com seus pupilos era “sugerir, ou mesmo inventar, outras maneiras de ver [os conceitos]” (MALCOLM, 1984, p. 43).

Por isso, a filosofia terapêutica não é uma das gramáticas, ela é, na realidade, a *atividade de descrição*: ela pretende mostrar ao paciente que uma imagem gramatical nos força a ver o conceito de uma só maneira, mas que, na verdade, o conceito pode ser visto de muitas outras maneiras sem que no plano empírico nada mude. O que muda, de fato, são as imagens, às quais costuma estar atrelada uma vontade e que, de certa forma, as aprisionam (WITTGENSTEIN, 2001a, §115). Assim sendo, o método age por persuasão, não por convencimento (WITTGENSTEIN, 2000, MS 158, p. 34r). O foco é a vontade, e nunca a racionalidade que, como tal, é inerente à gramática e faz parte do “ver”.

A apresentação panorâmica consiste em exibir de maneira clara, pela descrição, as conexões implicadas no uso das proposições, para que o paciente reconheça a gramática implícita em seus atos. Mas o método descritivo não enu-

mera apenas os elos reais da linguagem, ele também pode recorrer a invenções dessas mesmas ligações para que a sensação de estranheza fique ainda mais aparente (WITTGENSTEIN, 1958, p. 28; WITTGENSTEIN, 2001a, §122). Por este motivo, as analogias gramaticais são estendidas, pela aplicação do método, até os limites do sentido, até a fronteira que a compreensão não ultrapassa e vê-se forçada a reconfigurar-se. Trata-se da multiplicação de exemplos e da produção de imagens diferentes, inclusive absurdas, até o ponto em que se revele a natureza convencional da linguagem, até que se exhiba claramente o fundamento sem fundamento da gramática, até que, na escavação, a rocha dura seja atingida, a pá entorte e possamos finalmente dizer: “é assim que eu faço” (WITTGENSTEIN, 2001a, §217). Vejamos, então, como se aplicaria a terapia conceitual no nosso caso, a psicanálise.

3. O ATO ANALÍTICO E SUAS IMAGENS

Wittgenstein e Lacan compartilham, por assim dizer, uma *filosofia do ato*. Refiro-me não apenas à coincidência na direção a que o tratamento da linguagem é levado, a dimensão da práxis na qual é vivida dinamicamente a gramática da psicanálise. Tampouco se trata meramente do fato de ambos os autores terem livrado a linguagem de conceitos psicológicos ou da coincidência no recurso intertextual a Goethe para legitimar a opção pelo concreto² Esses fatos são conhecidos. Porém, o que mais raramente se nota no que tange à retomada concreta da linguagem, isto é, ao diferenciar-se em suas propostas “ação” de “ato”, é que não temos mais nelas qualquer possibilidade para uma “teoria

da ação”. É nessa particular orientação ao concreto que se reconhece uma filosofia do ato em ambos os autores.

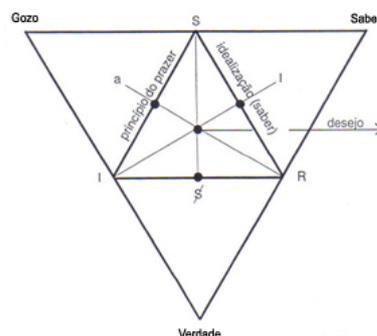
Qual é a diferença que podemos estabelecer entre ação e ato nesse sentido? É a de que o ato é um caso particular de uma ação. Na medida em que podemos elencar tipos de ação distintos e inclusive realizar uma classificação entre eles, no ato, ao contrário, nunca é certo que pertença a um tipo de ação. Abrir a porta, por exemplo, é uma ação. Sua tipificação circunscreve o propósito de entrar ou sair, e essa finalidade torna a ação compreensível e a tipifica. Mas, fora do propósito de entrar ou sair, abrir a porta é um ato. Nem todas as ações são atos: a maioria delas não são. Contudo, se uma pessoa, no meio de uma conversa ainda pendente, de pronto se levanta e abre a porta, isso será um ato. Não saberemos o que quer dizer com isso. Não saberemos, no imediato da cena, o que se pretende. Saberemos que se trata de uma ação de abrir a porta, mas não saberemos do que é o ato. Todas as certezas serão suspensas nesse instante, e a compreensão será forçada a recompor-se sob o risco de permanecer perdida.

Tanto para Lacan como para Wittgenstein, importa a filosofia do ato sem teoria da ação. Por isso, a filosofia implícita nesses autores coloca imediatamente uma enorme distância teórica em relação a propostas como o pragmatismo de Searle (1969, 1979, 1985), o neopragmatismo de Davidson (1985) e de Rorty (1982), e o pragmatismo em psicanálise dos seus correspondentes freudianos Marcia Cavell (1996) e Jurandir Freire Costa (2006). Lacan e Wittgenstein não podem ser comparados ao pragmatismo ou ao neopragmatismo porque não mobilizam propriamente atos de fala, no sentido classificatório dessa expres-

são, nem colocam o acento filosófico em qualquer componente abstrato da linguagem, como o sentido, a interpretação, a racionalidade, a verdade ou a regra. Nesses autores, destituindo do caso a teoria, a linguagem é retomada como ato, ou, mais propriamente, como fala. A linguagem é tratada, portanto, em primeira pessoa, como ato de um indivíduo, de um sujeito, e não de um objeto inanimado em terceira pessoa, como é o caso da abstração teórica. O ato inaugura uma certa lógica, que, tanto para Wittgenstein como para Lacan, não é a mesma lógica que predetermina e classifica os tipos de ação dos proferimentos, senão a lógica própria do ato. E, dessa forma, o ato sempre implica o significado profundo do acontecimento para o sujeito que o comete, não para a coletividade em geral e em abstrato. Não se consideram, portanto, as abstrações mediante as quais compreendemos tipos e realizamos taxonomias. Antes, a perspectiva pela qual a linguagem é vista é relativa ao ato, inseparável dele, como reação. O que implica, para Wittgenstein, que “uma regra não é uma interpretação” (WITTGENSTEIN, 2001a, §§201/211) e, para Lacan, que, se “o significante representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 2003, lição de 05/12/1961), não podemos procurar na linguagem algo que responda pelo sujeito.

Se tomamos como exemplo o esquema apresentado na lição de 06/12/67 do Seminário XV que ilustra o ato psicanalítico, salta à vista a dinâmica integrada dos vários conceitos pelos quais se compreende o jogo da transferência: temos ali um verdadeiro tabuleiro com as várias peças envolvidas na gramática da psicanálise. Lacan conseguiu elaborar um roteiro para que os dramas concretos dos sujeitos

(POLITZER, 1994) pudessem ser repetidos também concretamente na análise. Com a vantagem de que, ao mesmo tempo, o analista pudesse dispensar completamente a interpretação da transferência. Porque, segundo o esquema abaixo, cabe ao analista apenas conduzir o tratamento através de intervenções na linguagem, tal como concretamente proferidas na fala, assumindo, para isso, uma posição de não-saber situada, segundo o esquema, no centro do jogo. Para todos os efeitos, se o jogo for levado até o final, respeitando-se rigorosamente as regras, revela-se ao paciente a estrutura fundamental e inconsciente do seu desejo, de acordo com os conceitos operacionalizados nas próprias regras: ao final da análise, cai o psicanalista da sua posição de sujeito suposto ao saber. O paciente descobre que a suposição de saber era um engodo fundamental inerente ao próprio jogo da transferência, um operador daquelas peças do tabuleiro (os conceitos), necessários para que se mostrasse pela análise um sujeito ligado a um objeto de desejo vazio e encoberto por uma imagem simbolicamente constituída, compreendida no interior da exigência de ser amado em que o desejo se aliena.



As peças desse tabuleiro são, vistas no sentido anti-horário na figura acima, o saber, o gozo e a verdade tomados como dimensões distintas e articuláveis aos três

registros da linguagem: o real, o simbólico e o imaginário. De tal modo que o simbólico é um vetor situado entre o saber e o gozo; o imaginário, um vetor situado entre o gozo e a verdade; e o real, um vetor situado entre a verdade e o saber. Nesses triângulos invertidos e concatenados, o sujeito repete diante do analista, situado no centro, demandas de amor segundo as quais o analista se posiciona, apontando ora a idealização imaginária do saber; ora a verdade do sujeito do inconsciente, depositada nos seus compromissos simbólicos; ora a impossibilidade do gozo real no corpo. Para essas dimensões aponta sempre, dentro das linhas que o esquema enquadra, o objeto vazio do desejo encoberto pelo significante mediante uma antecipação retroativa ao significado. O que resta do desejo, o objeto que o causa, não está nem no simbólico, nem no imaginário, mas no real indizível – uma situação com a qual o sujeito deve se haver.

Do fato, porém, de que nessa gramática do desejo, utilizada para fins analíticos dentro das regras da transferência, não provenham ilusões ou equívocos, é algo que não se pode garantir dentro do próprio jogo. Basta com que os psicanalistas que utilizam tais conceitos confundam a dimensão mitológica da linguagem com fatos empíricos.

Que o desejo, por exemplo, se articule com uma falta é uma compreensão restrita às regras desse jogo, e dentro dele é que essa relação é necessária: trata-se de uma necessidade lógica. Poderíamos ter perfeitamente uma outra gramática em que o desejo fosse compreendido de maneira completamente distinta. Por exemplo como uma questão de produção, não de falta (DELEUZE & GUATTARI, 1972). E então toda uma outra montagem analítica, completamente

diferente dessa, poderia ser legitimamente proposta. Desejo compreendido com relação a uma falta não é, por conseguinte, uma teoria científica; é parte, apenas, da gramática da psicanálise. Fora dela não tem vigência. Cabe, portanto, terapia a respeito de certas falas de Lacan como:

Se afirmo que esta maneira de operar é extraordinariamente correta, é muito precisamente na medida em que nela Pavlov se revela, se posso dizer assim, estruturalista no início. No início de sua experiência ele é estruturalista precursor do estruturalismo da mais estrita observância, a saber, da observância lacaniana, uma vez que precisamente o que ele aí demonstra, o que ele de alguma forma pressupõe como implicado é, muito precisamente, o que o significante faz, ou seja, que o significante representa o sujeito para um outro significante (LACAN 1998, lição de 15/11/67).

Neste uso particular da proposição “o significante representa o sujeito para outro significante” parece que Lacan está inclinado a aceitar não que o significado das palavras deve encontrar-se no ato a elas correlacionado, mas numa abstração: a de que “todo” significado é o que retroativamente se precipita da conexão indiferente entre os significantes. Há uma sugestão não explicada, não esclarecida, de que o significante, independente da vontade humana, como se fosse um ser animado de alguma fauna cosmológica, agiria por conta própria. Nesse caso, a linguagem se tornaria uma espécie de potestade sobre-humana. Essa seria a única maneira de compreender tal uso, já que Pavlov não é, no caso citado, um sujeito da transferência analítica. Pois é somente no *setting* analítico, dentro do campo de aplicação das regras da transferência, que podemos compreender o agir inconsciente como o de um sujeito dominado por Outro. As relações entre o sujeito e a linguagem se dão, por conseguinte, no interior do ato lingüístico, não em abs-

trato. Fora do campo do concreto, seres inanimados ou entes abstratos não agem por conta própria. Portanto, nesse caso, a convencionalidade da gramática e o ato concreto parecem estar esquecidos e a linguagem passa a atuar de maneira estranha, onde o tempo lógico não tem mais vigência, onde não há mais precipitação de sentido, e onde já não mais podemos dizer com relação a Pavlov que “a transferência é uma relação ligada ao tempo e ao seu manejo” (LACAN 1998b, p. 858). Assim, ele se transforma de criador da reflexologia em estruturalista lacaniano. O que, mais do que um truque de prestidigitação intelectual, ou uma jogada inócua de ironia propagandística, leva a mensagem implícita de um uso universal, portanto científico, da proposição.

O terapeuta dos conceitos seria chamado aqui para perguntar sobre o que precisamente justificaria esse tipo de conexão entre significantes e significado, por que esse tipo particular de associação? Por que teria que ser *dessa* forma, e não de outra, igualmente eficiente, igualmente adequada do ponto de vista empírico, a relação entre conceitos lingüísticos – por exemplo, uma em que a forma da linguagem pudesse ser também conteúdo, e o conteúdo, uma forma (Hjelmslev)? O terapeuta perguntaria ao paciente por que estamos sempre tentados a pensar que a ação da linguagem consiste em duas partes: uma inorgânica, material, que se refere aos sons (ou sinais), e outra orgânica, que se refere à compreensão, ao significado, à interpretação, ao pensamento? O terapeuta aplicaria aqui seus exemplos, suas analogias gramaticais, a fim de mostrar que os elos são meramente convencionais, esgarçando o sentido das afirmações contidas na proposição até os seus limites, para que

o paciente pudesse finalmente dizer: “Acabaram-se minhas justificativas: isso é simplesmente o que eu faço” (WITTGENSTEIN, 2001a, § 217).

4. UMA FILOSOFIA PELA AUTONOMIA DA PSICANÁLISE

Uma das tarefas mais importantes da filosofia é investigar os pressupostos implícitos no pensamento de conceitos. Em geral, é através desse material que realistas, idealistas, empiristas ou transcendentalistas propõem suas doutrinas e seus sistemas. Porém, o que aqui apresento como filosofia da psicanálise é uma atividade que não se interessa pelo pensamento em geral, nem pelo conceito em geral. Trata-se de uma atividade de investigação e análise do uso de conceitos ou do pensamento apenas na sua aplicação. Somente do ponto de vista concreto é que então o pensamento em geral ou o conceito em geral interessa – como contexto dentro do qual uma filosofia se mobiliza na prática e se compreendem os pressupostos implícitos no pensamento. Numa atividade como essa, eminentemente terapêutica, nada se propõe para o paciente senão realizar com autonomia a sua vontade, o que pressupõe uma decisão com relação à sua gramática.

Com a apresentação deste caso, meu propósito é demonstrar a possibilidade de investigação filosófica dos conceitos lacanianos em seus seminários e escritos, tomando a gramática pelo uso. Faríamos assim, pela descrição dos casos, um mapeamento das conexões conceituais dentro do seu contexto próprio. O *corpus* textual laciano deveria, para isso, ser subdividido por fases teóricas, pois os concei-

tos articulam-se de acordo com interesses e com ênfases diferentes segundo a época de produção textual. O propósito seria evidenciar as alianças filosóficas, a elaboração e o entrelaçamento dos conceitos, suas aplicações nos casos de neurose, psicose e perversão, assim como o mau uso da gramática, quando sua natureza convencional é esquecida. Sobretudo quando Lacan confunde proposições da psicanálise com proposições científicas (mesmo nos casos em que o autor pretende que a psicanálise seja um tipo de ciência especial). O mais importante, contudo, seria o serviço prestado pela filosofia à psicanálise, que, sem interferir no seu interesse próprio, e sem dar-lhe qualquer sugestão, atuaria na saúde filosófica dos conceitos, possibilitando à clínica uma eficácia muito maior do que quando a linguagem se enreda com ilusões, paradoxos ou ambigüidades gramaticais.

Abstract: This article is a defense of a philosophy of psychoanalysis with no interference whatever in the autonomy of the analyzed discipline. To comply with this objective, the Wittgensteinian philosophical method and its related concepts of grammar, grammatical description, and therapy, are being proposed. Such therapeutical objects of comparison are then applied to a case of use of psychoanalytic concepts in a text from Lacan's *Seminar XV*, to show a practical example of the kind of philosophy that we favor.

Keywords: Wittgenstein; Lacan; grammar; conceptual therapy.

NOTAS

- 5 Sobre o uso do substantivo “gramática” com e sem artigo em Wittgenstein, cf. Baker (2004a, p. 52-72); sobre “terapia”, cf. Baker (2004b, p. 205-222); sobre “ver” e “ver como”, cf. Baz (2000, p. 97-121).

6 (“No princípio era o ato”, diz Lacan (1998a, na lição de 10/01/68), e diz Wittgenstein (1998, p. 36).

REFERÊNCIAS

BAZ, A. What's the point of seeing aspects? *Philosophical Investigations*, Swansea, v. 23, n. 2, p. 97-121, abril, 2000.

BAKER, G. Some remarks on 'language' and 'grammar'. In: _____. *Wittgenstein's method. Neglected Aspects*. Oxford: Blackwell, 2004a, p. 52-72 (artigo publicado pela primeira vez em 1992).

_____. Wittgenstein's method and psychoanalysis. In: _____. *Wittgenstein's method. Neglected Aspects*. Oxford: Blackwell, 2004b, p. 205-222 (artigo publicado pela primeira vez em 2003).

CAVELL, M. *The psychoanalytic mind: from Freud to philosophy*. Cambridge: Harvard U. Press, 1996.

COSTA, J. F. As vassouras da feiticeira. *Natureza Humana*, São Paulo, v. 8, n.1, p. 133-162, 2006.

DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *L'anti-oedipe: capitalisme et schizophrénie*. Paris: Les Editions du Minuit, 1972.

LACAN, J. *O Seminário, livro XV (1967-1968): O Ato Psicanalítico [inédito]*, 1998a.

_____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998b. _____. *Le séminaire, livre IX: L'identification* [inédito], 2003.

MALCOLM, N. *Ludwig Wittgenstein: a memoir*. Oxford: Oxford University Press, 2nd ed, 1984.

PENROSE, R.. *The emperor's new mind*. London: Penguin Books, 1991.

POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Tradução de Marcos Marciolino e Yvone M. C. Teixeira da Silva. Piracicaba: Editora da Unimep, 1994.

RORTY, R. *Consequences of pragmatism (essays: 1972-1980)*. Brighton: The Harvester Press, 1982.

SEARLE, J. R. *Speech acts. An essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Expression and meaning. Studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WITTGENSTEIN, L.. *The blue and brown books*. London: Harper & Row, 1958.

_____. *Culture and value (Vermischte Bemerkungen)*. Tradução de Peter Winch (texto revisado por Alois Pichler). Oxford: Basil Blackwell, 1998.

_____. *Wittgenstein's Nachlass: The Bergen electronic edition*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. *Philosophische Untersuchungen/Philosophical investigations*. Tradução de G. E. M. Anscombe (revised translation). Oxford: Blackwell Publishing, 2001a.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de Luís Henrique Lopes dos Santos. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2001b.

_____. *The big typescript (TS 213)*. Edited and translated by LUCKHARDT, C. Grant & AUE, Maximilian A. E. Oxford: Blackwell, 2005.

_____. *Observações sobre O Ramo de Ouro de Frazer/Bemerkungen über Frazers The Golden Bough*. Tradução de João José R. L. Almeida. Revista Digital Adverbum, v. 2, n. 2, p. 186-231, em http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/adverbum/Vol2_2/observacoes_ramo_de_ouro.pdf, 2007.

WUNDT, W. *Grundriss der Psychologie*. Leipzig: Alfred Kroner, 1922.